

CHIBALO E CLASSE OPERÁRIA

Lourenço Marques 1870-1962

Jeanne Penvenne

Durante o período colonial o trabalho forçado ou Chibalo foi profusamente utilizado em todo Moçambique, incluindo nas Províncias do Sul. Os moçambicanos eram perseguidos, capturados e postos a trabalhar pela polícia e estruturas da Curadoria dos Negócios Indígenas. A cidade-capital, Lourenço Marques, foi em larga medida construída por essa mão-de-obra Chibalo. O presente artigo, que se baseia num estudo mais desenvolvido que se encontra ainda a ser efectuado sobre a formação da classe operária moçambicana na capital, descreve a forma como o Chibalo constituiu uma resposta do colonial-capitalismo português a capitais mais fortes, contra os quais não podia competir. Por outro lado, mostra como a transformação das condições económicas no período colonial resultou na transformação das formas de utilização do Chibalo pela cidade e como é que estas formas, por seu turno, afectaram a estrutura da classe operária urbana.

O início da história da classe operária moçambicana da cidade-capital de Lourenço Marques enraíza-se profundamente nas formas peculiares de exploração da força de trabalho impostas pelo sistema colonial português. A exportação de mão-de-obra moçambicana para a indústria mineira e para

outros sectores da economia sul-africana é bem conhecida e foi já alvo de estudos detalhados. O resultado deste sistema de exportação de mão-de-obra foi que a grande maioria da força de trabalho assalariada moçambicana estava empregada no exterior da colónia. Assim em 1912, quando havia mais de 91 000 moçambicanos a trabalhar sob contrato da WENELA, apenas 5926 estavam registados como trabalhadores em Lourenço Marques, e esta cidade era, de longe, como é evidente, o maior centro de emprego do Sul de Moçambique.

O sistema controlado pelo Estado de venda de força de trabalho para as minas da África do Sul proporcionou grandes rendimentos ao Estado colonial. O Governo colonial era pago em divisas estrangeiras numa base «per capita», por cada mineiro contratado. O comércio de trânsito para as linhas férreas e porto de Lourenço Marques, que foi negociado como fazendo parte do sistema de recrutamento de mão-de-obra, contribuiu directamente com importante proporção para as receitas coloniais. Simultaneamente, a exportação da força de trabalho reflectia e acentuava a debilidade do capital, em especial do capitalismo português, no interior de Moçambique. Nem o capital estatal nem o privado estavam em condições de oferecer salários competitivos com os que eram pagos nas minas do Rand. Por seu turno, esta incapacidade de competir no que respeita a força de trabalho, minou os esforços estatais e privados para desenvolver a agricultura de plantação, os transportes, o sector de serviços e as empresas privadas no Sul.

Até aos anos 1950, quando a situação se modificou, a maior parte do capital investido em Lourenço Marques provinha de financiamentos estatais, não muito regulares, ao porto e à rede ferroviária, necessários para manter o comércio de trânsito para a África do Sul. Tanto nas colónias como na metrópole portuguesa registava-se a inexistência de capital nacional virado para a iniciativa privada.

Em 1894, por exemplo, apenas 27 por cento de todo o capital investido por empresários privados em Lourenço Marques era português. Na realidade, a maior parte das infra-estruturas básicas da cidade foram realizadas numa base de concessão pelo capital estrangeiro, na medida em que não havia capital português, quer estatal quer privado, para o fazer. O sistema de electrificação da cidade, o sistema de «trolleyes» e o primeiro complexo portuário moderno foram todos realizados após concessão a capitais estrangeiros, muitos dos quais directamente ligados a grémios mineiros da África do Sul.

CAPITALISMO BARATO

O capital só podia operar com um apoio substancial por parte do Estado. O capital português no sector de serviços e na indústria de construção, por exemplo, mantinha-se através de contratos governamentais, e dependia da protecção estatal. Acima de tudo, tanto o sector estatal como o privado necessitavam de fornecimentos seguros de força de trabalho a níveis salariais mínimos. Esta força de trabalho era assegurada através da implementação do Chibalo. Assim funcionavam lado a lado dois sistemas de fornecimento de mão-de-obra. Por um lado havia a exportação de força de trabalho, formalizada nos acordos assinados com a África do Sul e realizada pelas operações de recrutamento da WENELA; por outro lado, e paralelamente, havia o sistema nacional de coerção da mão-de-obra, ou seja o Chibalo. Assim, em 1903 foi criada a Curadoria dos Negócios Índigenas e Emigração para supervisionar os dois sistemas. Grande parte dos esforços iniciais da Curadoria foi devotada ao desmantelamento das redes privadas de recrutamento. Isto para conseguir a monopolização dos lucros decorrentes do recrutamento de mão-de-obra que se destinavam, por seu turno, a pagar as despesas da repressão da deserção.

A Curadoria era responsável pelo registo de toda a mão-de-obra e pelo estabelecimento e reforço de uma polícia dos Negócios Índigenas destinada a controlar essa mão-de-obra.

O sistema do Chibalo funcionava numa escala muito inferior à do sistema de exportação de mão-de-obra para a África do Sul, mas integrava-se no objectivo geral de atrair, introduzir e apoiar os investimentos de capital — de preferência português — que, por seu turno, apoiariam a burocracia estatal e assegurariam a manutenção da soberania portuguesa sobre Moçambique. Embora inferior no seu âmbito e capacidade, a utilização da mão-de-obra Chibalo pelo Estado colonial tinha objectivos muito semelhantes aos do sistema de mão-de-obra contratada utilizado pela indústria mineira. No contexto urbano, a mão-de-obra Chibalo serviu para manter os salários a baixo nível, para bloquear os esforços organizativos dos trabalhadores, e canalizou a força de trabalho dos postos de trabalho mais bem pagos para os mais mal pagos e para empregos que os trabalhadores teriam recusado se tivessem tido essa possibilidade.

A mão-de-obra Chibalo foi utilizada durante um longo período de tempo no desenvolvimento da cidade. Contudo, tanto os métodos de fornecimento de mão-de-obra, como a utilização do Chibalo na estrutura de emprego da cidade modificaram-se

ao longo do tempo, à medida que a economia colonial urbana atravessou diferentes fases.

A PILHAGEM DO CAMPESINATO: 1877 A 1929

O período inicial, de 1877 em diante, testemunha os primeiros esforços porfiados do Estado colonial para estabelecer o seu controlo sobre os recursos laborais de Moçambique destinados à cidade.

O Governo pretendia força de trabalho braçal barata e mão-de-obra especializada ou semi-especializada barata. O campesinato moçambicano deveria fornecer a mão-de-obra barata e a população negra e indiana de Lourenço Marques forneceria a mão-de-obra especializada e semi-especializada necessária. Este foi também um período de grande indecisão política, e registou-se uma instabilidade tão grande nos quadros administrativos que a corrupção no interior do aparelho burocrático e os abusos cometidos pelas empresas privadas proliferaram incólumes.

Na zona urbana os abusos burocráticos eram espantosos. Os trabalhadores Chibalo, recrutados à força entre o campesinato rural, eram distribuídos a funcionários ou a privados através de redes de patronato como se os trabalhadores Chibalo fossem propriedade pessoal do respectivo patrono. Os salários não eram pagos; os trabalhadores que terminavam os contratos eram impedidos de regressar a casa; trabalhadores a quem havia sido dito não haver serviço quando se tinham apresentado voluntariamente no porto de manhã, eram capturados ao meio-dia como «vadios» e postos a trabalhar como Chibalo nas estradas. Os bares e tabernas geridos por comerciantes portugueses, gregos e chineses, vendiam vinho barato aos moçambicanos, provocando um fornecimento abundante de pessoas que eram «curadas» com uma pena de trabalho prisional.

A partir da altura dos esforços iniciais de mobilização de grande número de moçambicanos para a construção de portos e caminhos de ferro em 1899, as deserções da mão-de-obra para a África do Sul fizeram subir as despesas do trabalho assalariado em Lourenço Marques. Estas despesas, no entanto, deviam-se mais ao alto custo do recrutamento do que à alta de salários. Em 1899, por exemplo, dos 250 trabalhadores recrutados em Inhambane por privados para o Chibalo e destinados ao Departamento de Obras Públicas, 180 desertaram no decurso das primeiras três semanas. Os recrutadores recebiam 11\$700

Réis por cada trabalhador recrutado, enquanto os salários se cifravam apenas em \$225 Réis por dia, por trabalhador.

As despesas do recrutamento contribuía para a tendência de se manterem os salários baixos, o que, por seu turno, desencorajava o aparecimento voluntário de mão-de-obra no mercado de trabalho, e reforçava a dependência de fornecimentos de Chibalo.

Ao nível do mercado de trabalho da cidade, nele se registou até meados dos anos 1950, quando novas modalidades de investimento de capitais no Sul de Moçambique introduziram alterações nas relações de trabalho, uma tendência acentuada para a emigração para os territórios vizinhos. Em 1882 um jornal queixava-se em editorial que a oferta voluntária de mão-de-obra tinha sido sempre suficiente na cidade até o Governo ter ordenado que qualquer moçambicano que fosse apanhado bêbado poderia ser detido para um ou dois meses de trabalho forçado. Nessa altura — afirmava-se no editorial — a oferta voluntária de mão-de-obra quase que deixou de existir. A mão-de-obra «voluntária» ter-se-ia virado, devido aos abusos e arbitrariedades do mercado de trabalho de Lourenço Marques, para as minas. Este reparo viria a ser ecoado repetidas vezes na imprensa laurentina nos anos subsequentes. Na cidade, o comércio privado, a construção civil, a indústria estatal urbana de transportes e os empregadores domésticos tinham todos diferentes necessidades em termos de qualificação, número, assiduidade e confiança que inspiravam os empregados. O Governo pôde estabelecer por lei o salário máximo em \$500 Réis por dia e seis meses como prazo mínimo para cada contrato, mas em 1904 não teve poder para impedir que as companhias privadas de despacho pagassem o dobro do salário máximo estabelecido para conseguirem mão-de-obra suficiente para carregar um navio. Por outro lado, nessa altura, nem a força policial nem o sistema de registo de emprego estavam suficientemente consolidados quer para impedir a deserção da mão-de-obra quer para aplicar as sanções penais legais por quebra de contrato.

Durante o período inicial as condições de trabalho eram, como é evidente, as piores. Regalias, assistência médica ou seguro por acidentes não existiam no que respeita à mão-de-obra negra e eram muito precários para a mão-de-obra branca. Os abusos do Governo eram tão graves como os dos empregadores privados. Em 1908 um médico português que escreveu um relatório sobre a peste em Lourenço Marques reservou as suas críticas mais severas para o próprio Governo e, em parti-

cular, para a pocilga que este considerava como alojamento para a mão-de-obra Chibalo colocada nas Obras Públicas.

As rusgas efectuadas no seio do campesinato para a obtenção de trabalho forçado e para o recrutamento militar durante a I Guerra Mundial, fizeram aumentar a emigração legal e clandestina para a África do Sul. Esta emigração, conjuntamente com a epidemia de Gripe Espanhola de 1918, com os efeitos devastadores do comércio de bebidas alcoólicas e ainda com a utilização indiscriminada da mão-de-obra Chibalo, redundaram num efectivo despovoamento de grandes zonas do Sul de Moçambique.

Assim, entre 1908 e 1923, a população do então distrito de Inhambane baixou de 415 348 habitantes para 198 055. Mesmo tomando em conta as imprecisões das estatísticas coloniais, há provas substanciais que confirmam estar a força de trabalho durante esse período em vias de esgotamento.

Sempre que pôde, a mão-de-obra preferiu não trabalhar para as empresas portuguesas da cidade. Contrastando com este facto, as firmas de capital britânico de Lourenço Marques estavam normalmente bem apetrechadas de força de trabalho. Segundo testemunhos recolhidos, quando havia trabalho a ser feito as firmas britânicas anunciavam que havia emprego, indicando o salário para cada ocupação, e que todos os trabalhadores interessados deveriam juntar-se no mercado para assinar. Quando as firmas portuguesas precisavam de mão-de-obra, utilizavam a sua influência para conseguir a organização de uma rusga no dia anterior, e todos os moçambicanos negros cujos patrões se não deslocassem à esquadra da polícia para os ir buscar seriam considerados vadios e, como tal, obrigados a participar no trabalho.

O sistema do Chibalo era portanto utilizado de formas diferentes pelas diversas firmas existentes na cidade. As empresas portuguesas, de baixa capitalização, tendiam a contar com as rusgas para a obtenção de trabalho forçado. De uma maneira geral, no entanto, o Chibalo funcionava como forma de manter os salários a baixo nível e a reduzir ao máximo os benefícios de todos os trabalhadores, independentemente do empregador, na medida em que enfraquecia a possibilidade de negociação do trabalhador. Durante períodos-chave o Estado substituiu mão-de-obra voluntária já empregada por contingentes de Chibalo, a fim de fazer baixar os salários.

Por exemplo, em 1910, 200 trabalhadores Chibalo foram trazidos de Inhambane para o complexo portuário de Lourenço

Marques com a intenção expressa de fazerem baixar o custo da mão-de-obra casual. Esta tática voltou a ser utilizada em 1919.

A substituição de mão-de-obra voluntária — mais dispendiosa — directamente por mão-de-obra Chibalo barata foi empregue também em períodos de queda dos salários reais, tais como o período que vai da Primeira Guerra Mundial a 1921. Os trabalhadores do porto que se recusaram a trabalhar voluntariamente por considerarem o salário muito baixo devido à desvalorização, foram detidos e distribuídos por diversas secções do porto, incluindo companhias privadas estrangeiras de despacho. As despesas com a mão-de-obra foram ainda mais reduzidas através da utilização de mulheres para carregar e descarregar madeiras a metade do salário dos homens e, até 1914 ou 1915, empregando crianças no cais de carvão, pagando-lhes o mesmo salário que era atribuído às mulheres.

ESTRATÉGIAS CONTRA O CHIBALO

Na cidade-capital, a população negra, os migrantes e os trabalhadores Chibalo lutaram todos, face à extrema repressão policial e militar, para proteger os seus interesses. Diversas estratégias surgiram, sendo o caso dos trabalhadores «Muchope», ligados à limpeza e remoção de lixo da cidade, um exemplo de adaptação ao sistema talvez excepcional, pelo menos no Sul de Moçambique. A nossa investigação neste ponto é ainda incompleta mas, nesta fase, e segundo se depreende a partir dos arquivos da cidade, recolhas orais e material etnográfico publicado, parece ter-se tornado evidente nos primeiros anos dos trabalhos de limpeza da cidade que os «Muchopes» eram o único grupo que nem morria nem desertava quando empregue nas brigadas de salubridade. Os «Muchopes» tornaram-se assim o Chibalo preferido para aqueles trabalhos e, enquanto grupo, souberam tirar partido da situação.

A partir de 1908 a limpeza da cidade foi assumida na base de um contrato por uma firma portuguesa que desempenhava diversas actividades estatais e que recebeu grandes fornecimentos de mão-de-obra Chibalo nesse processo. A firma podia no entanto ser multada se o trabalho fosse mal feito ou efectuado com descuido. De facto, as empresas encarregadas destes trabalhos por contrato foram severa e frequentemente multadas durante os primeiros anos devido ao serviço ter sido impropriamente executado. Assim os trabalhadores «Muchope» aperce-

beram-se rapidamente, que se quisessem, poderiam muito facilmente arranjar complicações ao seu contratante.

Os trabalhadores da limpeza conseguiram assim um sistema de tarefas, trabalhando rapidamente para obterem mais horas de descanso. Durante o tempo livre, encarregavam-se de outros «biscates» como jardineiros, faziam cestos e artesanato para vender e, nos anos 1930 e 1940, aproveitavam coisas encontradas no lixo das áreas residenciais mais ricas para as reparar e vender. Os funcionários faziam «vista grossa» a este subsídio que os trabalhadores haviam organizado entre si como complemento dos seus salários do trabalho da limpeza, muito embora o mesmo fosse tecnicamente ilegal. Alguns «Muchopes» trabalhavam também num sistema do gorjetas, cuidando com especial atenção os recipientes do lixo das pessoas que se mostravam devidamente reconhecidas e desprezando ou derrubando os recipientes das pessoas menos predispostas à cooperação.

Assim, a única excepção à violência como base para o recrutamento do Chibalo, foi o trabalho de limpeza feito pelos «Muchopes». Estes apresentavam-se voluntariamente para o fazer e muitos voltavam todos os anos sob contrato.

Outros trabalhadores arranjam formas, não de manipular o Chibalo em seu proveito, mas de se esquivarem ao mesmo. A estratégia mais comum de evasão era a emigração para os mercados de trabalho da África do Sul, onde os salários eram superiores. Alguns recém-chegados à cidade de Lourenço Marques, conceberam uma outra estratégia alternativa: tratava-se de conseguir um acordo, normalmente com um lojista indiano ou com uma família operária portuguesa, para ser registado, em troca de uma pequena taxa, como seu empregado de balcão ou doméstico. Tratava-se de um registo de fachada mas o mesmo fornecia a necessária cobertura para a permanência na zona urbana e para evitar o Chibalo por vadiagem, enquanto o recém-chegado arranjava um modo de vida a partir das assim chamadas actividades clandestinas. Estas iam desde a comercialização de bebidas destiladas a partir do caju ou de outros produtos locais, até ao pequeno comércio não registado de vários tipos. O sistema de concessão de alvarás da cidade impedia o pequeno comércio ou os serviços que pudessem competir com empresas comerciais dos brancos. No entanto, alguns negros conseguiram contornar o sistema e manter um comércio não registado e autorizado oficialmente. Conseguiram assim manipular os requisitos do registo para Chibalo a fim de escaparem à categoria do trabalho manual.

Havia algumas ocupações para além do trabalho manual que eram legais e que davam para sobreviver de forma independente. O trabalho de lavandaria era um deles. Em finais do século dezanove, homens e mulheres negros ocupavam-se da maior parte dos serviços de lavandaria da cidade branca. Os homens encarregavam-se da recolha da roupa, bem como da distribuição e da cobrança dos pagamentos; as mulheres lavavam e passavam. Mas mesmo isto iria mudar depois de 1933, quando, sob o «Estado Novo» de Salazar, já não era admissível empregar as mulheres reclusas (normalmente presas por prostituição, bebedeira ou venda clandestina de bebidas fermentadas) em trabalhos de reparação das estradas da cidade. Ao invés disso, as mulheres foram enviadas para a Missão de São José e postas a trabalhar em lavandaria, a preços reduzidos, para a população branca local. Esta alteração na política do Chibalo, que constituía abertamente uma reforma, reduziu a possibilidade do estrato que dependia desse trabalho de lavandaria ganhar a vida de forma independente.

A partir dos casos que relatámos pode-se constatar que o sistema de Chibalo canalizava não só força de trabalho barata como Serviços baratos para a cidade. Determinadas ocupações foram deixadas a cargo dos negros precisamente porque estes forneciam Serviços baratos. Sempre que tal convinha aos empresários brancos, ou mesmo à classe operária branca, tais ocupações — e o trabalho de lavandaria é apenas um dos muitos casos — eram cerceadas e aquele estrato perdia o seu modo de vida independente. O negócio do carvão e lenha foi um outro caso deste mesmo processo. Encontrava-se inicialmente nas mãos dos negros, tendo-lhes depois sido retirado, apenas para lhes ser entregue novamente, mais tarde, quando a cidade já estava suficientemente bem servida com gás e electricidade e os detentores daquelas concessões, portuguesas, se puderam passar para empreendimentos mais lucrativos.

O CHIBALO E A DESQUALIFICAÇÃO

Como temos vindo a ver, os controlos que se exerciam graças à mão-de-obra Chibalo foram utilizados para minar os padrões de vida dos trabalhadores mais explorados e também para reduzir os estratos da população urbana que tivessem conseguido arranjar momentaneamente um modo de vida independente. O Chibalo também desempenhou um papel importante na desvalorização das qualificações dos negros no mercado de emprego urbano, e na instituição de barreiras raciais

no acesso aos postos de trabalho. Este processo pode ser observado se analisarmos mais profundamente a estrutura do mercado de emprego da cidade e o mercado de trabalho em que o Chibalo operava.

Ao contrário do sistema de recrutamento de mão-de-obra controlado pela WENELA, que neste estágio da indústria mineira dirigia uma força de trabalho bastante homogênea através de mecanismos de fornecimento de mão-de-obra altamente centralizados, o mercado de trabalho em Lourenço Marques e seus arredores urbanos era muito diferente. Assemelhava-se a uma rede de irrigação composta de diferentes canais empresariais que necessitavam de contingentes laborais e qualificações diferentes. Capital estatal e privado de vários tipos, todos necessitavam de mão-de-obra, e essa mão-de-obra provinha, em número e qualidade diferente consoante os diversos estratos, da crescente população negra. Assim, a força de trabalho negra da cidade era tão diversificada como os grupos que entre si competiam por mão-de-obra. Havia também um amplo leque de condições de trabalho e salários em oferta, e aberturas variáveis para a aquisição de qualificações. Num extremo do mercado de trabalho havia o trabalho não qualificado, fornecido pela pilhagem do campesinato, e que se destinava às ocupações urbanas mais mal pagas; no outro extremo situavam-se os produtos da educação missionária, com longa história de contactos com a população branca, e que forneciam os capatazes, os supervisores da mão-de-obra e os intérpretes, e donde surgiram os artesãos para as ocupações especializadas e semi-especializadas que somente mais tarde se viriam a tornar exclusivas da mão-de-obra branca.

Registavam-se substanciais diferenças salariais no seio desta força de trabalho. Em 1909, por exemplo, um lenhador negro especializado podia ganhar entre 1\$000 e 1\$600 Reis por dia, e um carpinteiro negro na primeira década do século vinte podia ganhar entre 2\$000 e 3\$000 Reis por dia. No mesmo período um trabalhador Chibalo ganhava entre \$200 e \$300 por dia.

No período inicial alguns moçambicanos negros ou mistos, filhos de funcionários ou comerciantes, preencheram importantes posições no aparelho burocrático estatal. Até cerca de 1912 a cidade dependia principalmente das qualificações de moçambicanos negros, e de chineses e indianos de língua inglesa. O influxo de colonos e funcionários públicos portugueses iria alterar esta situação. Os recém-chegados minaram severamente o acesso dos negros instruídos locais, e da população mista a

esses postos mais elevados de emprego. Elementos experientes locais foram substituídos por imigrantes inexperientes; os padrões do apadrinhamento modificaram-se, e os brancos obtiveram prioridade sobre os negros, levando à letra o dito «... a característica eterna do nosso Governo, independentemente da cor, é conseguir empregos para homens e não homens para empregos».

O acesso dos moçambicanos negros, especialmente a posições no funcionalismo, foi efectivamente detido. Negros experientes em diversas ocupações ficavam eternamente na posição de assistentes ou de aprendizes, apesar de realizarem trabalho especializado que os seus superiores brancos se limitavam a assinar. Os aprendizes negros foram, até meados dos anos 1950, utilizados como mão-de-obra barata e raramente promovidos. Em 1906 as diferenças salariais entre carpinteiros negros e brancos eram de aproximadamente três para um em favor dos brancos. Em 1960 a diferença era de cinco, seis, ou tanto como treze para um, de acordo com o grau de qualificação.

Esta desvalorização das qualificações dos negros ocorreu ao longo dos tempos, tendo a utilização da mão-de-obra Chibalo sido uma importante causa para isso acontecer. Assim, por exemplo, a Imprensa africana da altura está recheada de queixas relativas às rusgas efectuadas pelos construtores estatais ou privados em que eram capturados artesãos negros para serem utilizados como Chibalos nos seus projectos, e não para empregarem as respectivas qualificações.

O recrutamento militar foi também um meio através do qual as qualificações dos brancos foram preferidas em desfavor das dos negros. As oportunidades de instrução e formação profissional para os negros eram maiores na área de Lourenço Marques e, conseqüentemente, a população da cidade era mais qualificada e instruída do que a população rural. Mas os negros instruídos não conseguiam obter isenção do serviço militar, e enquanto as estatísticas relativas ao período inicial se encontram ainda a ser trabalhadas, as que se referem ao período 1937-1955, por exemplo, mostram que apesar da cidade-capital ter fornecido apenas 6 por cento de todos os recrutas militares, 72 por cento dos registados em Lourenço Marques eram operários especializados.

Nos anos que se seguiram à instauração da República, e à medida que a população branca crescia, registaram-se crescentes pressões políticas junto do capital estatal e privado no sentido destes empregarem brancos especializados ao invés da mão-de-obra negra ou indiana mais barata. No entanto, houve

alturas em que a utilização do trabalho Chibalo minou os interesses de todos os trabalhadores especializados de todas as cores e raças. O projecto de aterro da Maxaquene, o último dos empreendimentos topográficos que deu à cidade de Lourenço Marques a sua configuração actual, é um bom exemplo. O projecto incluía a construção de um paredão marítimo, e muitas obras de aterro e drenagem. Operários portugueses pressionaram fortemente para que o contrato fosse atribuído a uma firma que tencionava construir a parede de concreto reforçada e utilizar ao máximo pedreiros especializados. O contrato acabou por ser concedido a uma coligação de construtores portugueses que preferiram utilizar grandes contingentes de trabalhadores Chibalo e presos, empregues para partir pedra com escopro, martelo e picareta, carregar blocos e fazer aterros à pazada. As condições de trabalho no local de trabalho e nas pedreiras da coligação que fornecia material para o projecto, foram severamente criticadas devido à grande incidência de acidentes e mortes entre os trabalhadores negros. No entanto, e alegadamente devido à grande influência política dos contratantes, as acusações não foram para diante.

Pode-se portanto aquilatar do impacto do sistema do Chibalo em finais do primeiro período, antes da instituição da República. Por um lado o Chibalo tinha obrigado os produtores camponeses a ingressarem no trabalho assalariado não qualificado. No entanto, tratava-se de trabalho temporário, muito mal pago e sem futuro, que não se destinava de qualquer forma a criar ou apoiar um verdadeiro proletariado. No mercado urbano de trabalho, o trabalho Chibalo era utilizado para comprimir os salários e condições de trabalho de forças de trabalho mais estáveis. Por outro lado, no que respeita a estratos especializados e administrativos, os negros foram sendo cada vez mais marginalizados e substituídos por brancos. Os resultados começavam já a divisar-se neste período: a formação de uma classe operária marginal e fragmentada.

O SISTEMA CHIBALO E O TRABALHO MAL PAGO: 1927 A 1953

Por volta de 1927 este panorama começou a modificar-se. A administração estabilizou durante o Estado Novo de Salazar. A corrupção burocrática e os fornecimentos de Chibalo a interesses privados numa base de apadrinhamento foram detidos. No entanto, a utilização estatal do trabalho forçado expandiu-se

e regularizou-se durante este período. O Governo colonial fez esforços para dar condições mínimas de trabalho, assegurar o pagamento dos salários, transporte e repatriação e para eliminar a indisciplina, em particular ao nível do aparelho local dos Negócios Indígenas. A partir de então a mão-de-obra Chibalo seria distribuída a empresas privadas como forma de patrocínio do Governo e em oposição ao patrocínio individual para lucro privado.

De certa forma a insegurança do período anterior diminuiu um pouco. As famílias já não mandavam um jovem de pouca idade com o cativo do Chibalo para o ajudar a complementar as suas rações alimentares e para assegurar a sua sobrevivência. Contudo, o sistema continuava a ser desprezado e evitado tanto quanto possível devido aos salários ridiculamente baixos que eram pagos.

Os homens continuaram a emigrar para evitar trabalharem como Chibalo. Em 1927 a maior parte dos trabalhadores Chibalo eram pagos, embora a corrupção ainda se manifestasse e as mulheres fossem ainda utilizadas, sem qualquer pagamento, para arranjar o jardim de um administrador ou para desimpedir uma estrada. Quase todos os trabalhadores Chibalo, no entanto, recebiam a maior parte do salário que lhes estava estipulado.

Diversas pessoas que entrevistámos referiram-se no entanto ao Chibalo como trabalho «de graça» — não pago — salientando que a quantia era tão pequena que podia ser considerada uma afronta. Saul Tembe, um entrevistado que se iniciou no trabalho forçado com a idade de doze anos na recolha de capim para os animais do Jardim Zoológico, explicou-nos que passou a maior parte da sua vida de adulto a trabalhar na indústria açucareira do Natal, devidamente munido de um passaporte ou, na ausência deste, como imigrante clandestino: **«Aqui (em Moçambique) éramos obrigados a trabalhar de graça. Uma pessoa, depois de ter trabalhado sem receber nada não quer ficar mais aqui. Muitas pessoas fugiram para os países vizinhos. Aqui o serviço não dava dinheiro, o salário era a palmatória e a farinha de milho.»**

As medidas tomadas pelo regime de Salazar relativamente aos trabalhadores portuários de Lourenço Marques reflectem o tipo de relações de trabalho instituídas na altura.

Desde 1906 que o Estado controlava a mão-de-obra ferroviária, mas até 1929 a mão-de-obra do cais e da estiva era empregue pelas companhias estrangeiras de despacho, sem qualquer controlo governamental. O regime das empresas despachantes estrangeiras estava a tornar-se inquietante devido à pressão

ascensional que os salários que atribuía provocavam nas secções do porto controladas pelo Estado. A intervenção do Governo colonial nos sectores privados de despacho foi a princípio bem recebida pelos operários moçambicanos especializados e semi-especializados. Neles se criou a expectativa de que a intervenção levaria a uma utilização mais generalizada da língua portuguesa que lhes permitiria ocupar as melhores posições, anteriormente preenchidas por negros do Natal e das Maurícias que falavam inglês. As suas expectativas cedo se desvaneceram quando o Governo colonial colocou portugueses brancos nesses postos de trabalho, impedindo assim efectivamente a ascensão dos trabalhadores moçambicanos.

O Estado empenhou-se depois no desalojamento de cerca de 4000 trabalhadores portuários casuais, empregando 1500 trabalhadores Chibalo que trabalhariam no cais em turnos que cobririam as 24 horas do dia. A situação exacerbou-se ainda mais em 1933 quando o Governo reduziu de 10 a 30 por cento os salários dos trabalhadores portuários, quer brancos quer negros, que se apresentavam voluntariamente no mercado de trabalho. A maioria dos trabalhadores moçambicanos do cais sofreu uma redução de salários de 12\$50 para 12\$00 por dia. Quando se recusaram a trabalhar por esse salário mais baixo foram encerrados pela polícia num local vedado a arame farpado situado no exterior do porto, enquanto os barcos eram descarregados por trabalhadores Chibalo ou por voluntários que podiam ser obrigados a trabalhar. Logo que os navios foram descarregados permitiram que os voluntários se retirassem. Tornava-se evidente que mais trabalhadores Chibalo seriam trazidos nos próximos dias para descarregar os barcos que se seguissem. Os trabalhadores casuais não tiveram outra alternativa senão a de regressar ao trabalho, uma vez que se não o fizessem seriam presos como vadios e condenados ao Chibalo que lhes daria 6\$00 por dia ao invés do seu salário reduzida de 12\$00. Não foi por mera coincidência, aliás, que se registaram sérios distúrbios causados por negros nas áreas residenciais brancas no Fim-do-Ano seguinte, a coberto dos festejos da ocasião.

A maioria dos trabalhadores portuários, entretanto, escolheu continuar como mão-de-obra casual e tentar recuperar a redução salarial fazendo horas extraordinárias. Mas os efeitos desse trabalho extra na saúde e segurança do trabalhador são evidentes, no testemunho de Roberto Tembe, funcionário do porto desde 1927. Tembe referiu os perigos que então envolvia a tentativa de se conseguir umas horas de descanso. Disse que os operários trabalhavam até à exaustão ou até à morte, ou

morriam esmagados quando a locomotiva sob a qual se escondiam para descansar, sem o perigo de serem apanhados fora do local de trabalho, se punha em movimento inesperadamente e sem aviso. «Quando havia serviço tinha de se trabalhar até cair porque, se não, havia sempre alguém para nos substituir..., o administrador diria: 'Se não gostas, vai-te embora. Podemos arranjar mais dois camiões cheios em Xipamaninle'.»

No porto as diferenças entre a mão-de-obra casual e o Chibalo eram mais do que as do salário. Os trabalhadores Chibalo também tinham algum incentivo relativamente às horas extraordinárias, na medida em que estas lhes eram pagas pela tabela dos voluntários. No entanto, não arriscavam nada quando abandonavam o local de trabalho no fim dos turnos. Ironicamente, a sua relativa segurança de emprego como trabalhadores Chibalo dava-lhes uma certa margem de privilégio. Podiam — e fizeram-no regularmente — recusar trabalhos pesados. Os capatazes negros organizavam a distribuição de tarefas de tal forma que os trabalhos mais difíceis recaíssem sobre os voluntários que recebiam um salário em dinheiro mais elevado. O capataz esperava muito menos da mão-de-obra Chibalo.

CHIBALO ESCONDIDO: 1953 A 1962

Entre 1953 e 1962, alterações verificadas nas modalidades de investimento de capitais provocaram transformações na economia. O Governo colonial envolveu-se numa série de planos de desenvolvimento de seis anos que incluíam projectos de construção e de investimento e o incremento do comércio de trânsito. Sensivelmente na mesma altura as companhias de seguros, instituições de poupança e bancos que tinham conseguido acumular capitais nos primeiros vinte anos do «Estado Novo», começaram a adiantar capital para investimento em imobiliários, construção comercial e na indústria de turismo. Neste período desenvolveram-se também algumas indústrias secundárias. Este novo capital trouxe consigo uma certa expansão das oportunidades de trabalho para os negros. Até princípios dos anos 1950, o Chibalo e o trabalho prisional tinham constituído a espinha dorsal da indústria de construção da cidade, mas agora isso tornava-se politicamente inaceitável e economicamente desnecessário. Homens como Saul Tembe podiam regressar dos campos de açúcar e encontrar trabalho na construção civil em Lourenço Marques.

O trabalho Chibalo não desapareceu completamente; embora legalmente os portugueses tivessem estipulado o contrário, o Chibalo era ainda largamente utilizado nas zonas rurais e

na cidade preenchia discretamente três das suas funções históricas: patrocínio político sob a forma de subsídio ao pequeno-capitalismo português, como fonte central de mão-de-obra para o porto, e como sanção para assegurar a disciplina do trabalhador. O Chibalo continuava, por outro lado, a ser utilizado para satisfazer os partidários do regime. Por exemplo, quando uma agremiação como a Associação Indo-Portuguesa, o Clube Naval, ou o Sporting Clube de Lourenço Marques, precisava de um pequeno contingente de trabalhadores para arranjar os seus campos de ténis, cortar a relva ou coisa do género, pediam simplesmente ao Curador dos Negócios Indígenas os homens necessários, e recebiam-nos. Pequenos grupos de Chibalo continuavam a ser fornecidos a pequenas indústrias pouco lucrativas (na sua maioria geridas por velhos colonos) como subsídio ao pequeno capitalismo.

O Chibalo continuou a ser utilizado e a funcionar como grupo fulcral no porto, minando assim quaisquer tentativas de organização da mão-de-obra portuária. Finalmente, o Chibalo continuou a ser sanção comum utilizada pela poderosa Curadoria dos Negócios Indígenas. Em 1955, por exemplo, estivadores normais apanhados numa tentativa de alterar os seus cartões de pagamento, foram condenados a três meses de Chibalo no porto. Os suspeitos de serem os cabecilhas do incidente, no entanto, foram enviados para São Tomé por nove anos. Muito frequentemente, quando interrogados sobre greves e paralisações de trabalho, os nossos entrevistados salientavam a futilidade dessas acções, dizendo «**havia sempre o Chibalo**». A resposta à resistência era «**Mandem-no para o Chibalo**». O Chibalo era ainda mais temido do que a famigerada palmatória, porque a humilhação e dor que a ele se ligavam eram mais prolongadas.

Formou-se de facto um proletariado moçambicano em Lourenço Marques, mas tratava-se de um grupo relativamente pequeno e marginal, dependente, na maioria dos casos, dos salários de todos os membros da família, ou de um subsídio do trabalho nas minas para conseguir pagar o casamento ou para a instrução. Apenas um reduzidíssimo grupo de velhas famílias moçambicanas, estabelecidas há muito no local e cujos membros se encontravam entre os moçambicanos negros mais instruídos do país, viviam numa relativa estabilidade das suas qualificações, das suas profissões, dos seus rendimentos, do seu comércio. Contudo, o sistema do Chibalo comprometeu também o desenvolvimento económico deste grupo na medida em que mantinha a generalidade dos salários dos moçambicanos a níveis tão baixos que o mercado de bens de consumo

limitado de que aqueles dependiam manteve-se relativamente débil. Foi só no início da luta armada que os aumentos salariais em Moçambique, combinados com os aumentos ocorridos nas minas, originaram um aumento do poder de compra dos moçambicanos negros, reforçando assim o potencial de vendas e serviços do mercado local. Este período foi assinalado pela rápida proliferação dos assim chamados mercados e pequenos negócios clandestinos na zona suburbana e na periferia da cidade que serviam esse recém-revigorado mercado de consumo dos moçambicanos negros.

Em resumo podemos afirmar que o sistema de Chibalo funcionou até 1962 como subsídio ao capitalismo estatal e privado em Lourenço Marques. Obrigou os camponeses ao trabalho assalariado, mas tratava-se de trabalho temporário e compulsivo, quer em ocupações manuais não especializadas ou em serviços fixos que lhes eram atribuídos. Ele impediu o desenvolvimento de operários negros especializados ou de uma pequena burguesia negra. O sistema do Chibalo foi utilizado pelo Estado para manter a classe operária marginal e sem força. Os trabalhadores Chibalo englobavam a grande maioria da força de trabalho da cidade e eram, como é evidente, os mais explorados. Trabalhavam e viviam à parte da população negra urbana. De facto, o sistema tinha criado um grupo de sub-trabalhadores: não eram operários, eram Chibalos. Foram utilizados para minar as reivindicações da classe operária. Eram ofendidos e lamentados. Eram o instrumento e as vítimas do capital estatal e privado. Eram o símbolo do controlo coercivo da força de trabalho pelo Estado.

Desenvolveu-se uma pequena e fragmentada classe operária em torno de algumas indústrias protegidas, onde o maior nível de qualificação requerido impedia a utilização de trabalhadores Chibalo a curto prazo, e no nível mais baixo da burocracia estatal. Mas só quando investimentos mais regulares de capital elevaram suficientemente os salários dos negros por forma a que trabalhadores normais substituíssem a mão-de-obra Chibalo, se verificou uma maior potencialidade de desenvolvimento de uma classe operária negra na cidade. No último período, operários-camponeses que tinham cada vez mais dificuldades de subsistência na economia rural necessitaram trazer as suas famílias para a cidade. Muitos o fizeram quando os aumentos salariais de fins dos anos 1950 e em particular dos anos 1960 os libertaram da sua dependência da produção agrícola no desamparado sector da agricultura familiar. Mas o sistema do Chibalo tinha sido utilizado para manter a maioria dos

negros na posição de operários-camponeses e isto só foi modificado quando tal serviu as necessidades e os interesses do capital estatal e privado.

NOTA BIBLIOGRÁFICA

Este artigo baseia-se em «**Forced Labour and the Origin of an African Working Class**»: Lourenço Marques, 1870 - 1962, por Jeanne Penvenne, Documento de Estudo publicado pelo «African Studies Centre» da Universidade de Boston, Estados Unidos da América, 1979.

ARQUIVOS

Os dados de arquivo sobre trabalho Chibalo utilizados na preparação deste artigo foram retirados principalmente dos registos da Secretaria de Negócios Indígenas do período 1903-1935 e da Administração do Concelho de Lourenço Marques para o período 1935-1962. Outros arquivos consultados na preparação deste estudo incluíram os Arquivos da Câmara Municipal de Lourenço Marques, bem como a colecção de documentos (U.S. Consular Despatches 1950-1963) da «African Studies Library, Boston University Library, Boston, Massachusetts».

Os Jornais consultados incluíram

BRADO AFICANO
CORREIO DE MOÇAMBIQUE
JORNAL DAS COLÓNIAS
O EVANGELHO
O FUTURO
O INCONDICIONAL
O PROGRESSO

ENTREVISTAS

Todas as entrevistas foram realizadas na zona do Grande Maputo. Dão-se a seguir a data da entrevista e os sobrenomes dos entrevistados: Nhaça, 2 de Outubro de 1977; S. Tembe, 7 de Junho de 1977; Serra Ventoso, 7 de Junho de 1977; R. Tembe, da Costa de Brito, 27 de Junho de 1977; Chibindji, 16 de Junho de 1977; Santos Tembe, 18 de Junho de 1977; Comiche, J. Cossa, 18 de Junho de 1977; S. Tembe, 7 e 9 de Junho de 1977; R. Tembe, 5 de Julho de 1977.

PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Recenseamento da População e das Habitações da Cidade de Lourenço Marques e seus Subúrbios: Referidos a 1 de Dezembro de 1912 (Lourenço Marques: Imprensa Nacional, 1913).

Relação da Administração do Concelho de Lourenço Marques, 21 de Maio de 1909.

Relatórios e Informações Anexo ao Boletim Oficial (Lisboa: Imprensa Nacional, 1908).

SILVA CUNHA, J. M. da — **O Trabalho Indígena: Estudo de Direito Colonial** (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1949).